

## Assuntos emergentes

Vimos como a construção étnica das comunidades imigrantes é, ou pelo menos pode ser, uma construção ideológica nacional do país de acolhimento, nomeadamente através das concepções multiculturalistas, mantendo numa zona simbólica de quarentena, mais ou menos prolongada, os candidatos a imigrantes, cuja precariedade é instrumentalizada, explorada e estigmatizada. Tal estratégia tácita, ao mesmo tempo fundada na reacção natural ao estranho e manipulada política, cultural e economicamente, marca mais ou menos profunda e prolongadamente as relações sociais e as representações sociais. Em particular quando e se acolhidas pelas disciplinas científicas que têm a capacidade de confirmar (ou não) tais classificações político-administrativas, através de um processo de reforço e naturalização das configurações sociais alegadamente existentes. Será nestes mecanismos de cooperação científica e política-administrativa que se poderão encontrar as razões pelas quais, como notou Tom Burns, a União Europeia se tem mostrado incapaz de abordar cognitivamente o desenvolvimento de sentimentos xenófobos ou mesmo práticas racistas, riscos reconhecidos na Europa para o período que vivemos, marcado pelo incremento dos movimentos imigratórios e por problemas de crescimento económico.<sup>1</sup>

Também registámos as limitações metodológicas da nossa abordagem através de entrevistas, não apenas no aspecto de não ser aconselhável tratar directamente o tema de que nos queremos aproximar – as prisões – mas também pela tácita auto-limitação das trocas simbólicas que consubstanciaram as entrevistas. O que se poderá esperar será a utilização da linguagem, por parte dos nossos entrevistados, para se dirigirem ao nível institucional-simbólico com a moderação exigível pela conversa com uma simpática socióloga, sem haver nenhuma necessidade de revelação dos conhecimentos dos submundos ou das perspectivas estratégicas de acção social, o que seria manifestamente despropositado e inconveniente.

Devemos admitir, portanto, que cada entrevistado balance entre uma postura de “normalidade” e uma postura “indisposição”. Entre a apresentação do senso-comum consensual conhecido e a alegação, a denúncia ou a reivindicação, eventualmente na qualidade de interprete da “comunidade” em cuja representação se imagine ter sido mobilizado(a) pela investigação. Entre a vontade de responder correctamente às solicitações da sapiência e a eventual oportunidade de tomar posição, afirmar a identidade social e pessoal.

Procederemos agora a uma análise de conteúdo de 14 entrevistas de entrevistados variados (10 mulheres e 4 homens, de várias nacionalidades – cinco africanas, cinco brasileiras e 4 da Europa de Leste – com diversas idades, todas jovens, e com diferentes tempos de permanência em Portugal).<sup>2</sup> Encontrámos – ao nível dos temas emergentes das conversas e ao nível dos contributos substantivos à definição de Justiça, que era o que era explicitamente pedido – contributos compatíveis entre si, independentemente das pessoas e respectivas experiências de vida. Iremos pensá-los como sendo partilhados socialmente, como parte integrante de um senso comum que nos interessa recolher, registar e sistematizar cientificamente.

---

<sup>1</sup> Há que referir, a este respeito, como a interpretação dos crimes contra a humanidade na Europa do século XX, à força da sua ideologização e politização, se tem tornado autênticos tabus científicos. Sobre o assunto ler Elias (1997), um culminar de uma carreira de sociólogo brilhante, que desaparece como nasceu para a sociologia: ignorado pela comunidade científica e cultural, com certeza por tocar temas incómodos, como as causas sociais do nazismo, que implicaram as classes dominantes e também os gostos das dominadas.

<sup>2</sup> Entre 22 anos e 43 anos, com estadias entre treze meses e 22 anos, todos trabalhadores por conta de outrem, excepto o estudante, de profissões desqualificadas, excepto o professor e o artista.

Apesar do diferente domínio da língua portuguesa, das diferenças do contraste comparativo entre o que viveram antes de emigrar e a vida em Lisboa, das opiniões e sensibilidades de cada um, para não falar do maior ou menor à vontade em enfrentar a provação da entrevista, tudo somado, apesar do reduzido número de entrevistas trabalhadas, emergem referências que não são contraditórias entre si ao contexto social português e à imagem da justiça portuguesa. Disso daremos conta de seguida.

### Temas emergentes

Um primeiro assunto que trataremos é o das razões da migração. O segundo tema diz respeito às relações dos não-nacionais com os poderes instituídos e fácticos no terreno. O terceiro tópico trata dos problemas de integração. O último assunto referenciado versa, explicitamente na boca de europeus de Leste,<sup>3</sup> indirectamente na boca dos oriundos do Brasil e dos PALOP, o incómodo perante a situação de entrevista. Tratemos de um de cada vez, antes de darmos conta das respostas que obtivemos sobre o conceito de justiça.

#### Razões de migração

As causas próximas da imigração ainda estão muito presentes na mente destes imigrantes recentes: ser mãe solteira em “uma cidade de 33 mil habitantes, onde as pessoas...todo o mundo cuida da vida de todo o mundo. (...) É um desgosto que [a minha mãe] carrega até hoje...” (B1). Ter condições de independência pessoal é uma razão para justificar o esforço migratório de mulheres: “(...) **casou-se com que idade?** Com vinte para vinte e um. (...) Ele [o marido] morreu tinha trinta e cinco. Faz uns dez anos” (B2). Imigrou com os dois filhos já jovens. “Eu quis mesmo mudar de vida minha. Eu vim para cá para mudar de vida. Que lá eu não trabalho, não consigo trabalhar (...). Por causa da minha idade é complicado mesmo. Eu nunca trabalhei lá” (B2). A modernidade promovida pelas telenovelas brasileiras pode ser contrafactual: mãe-solteira, “(...) não acham normal, mas dizem ser normal... "Ah, isso é uma coisa que acontece todos os dias..." e tal. Mas o facto de ser mãe e estar solteira é uma situação difícil” (B1). O conservadorismo de costumes sociais é vivido por pessoas que podem vislumbrar na emigração uma oportunidade. “Eu parei no tempo. E depois que [o meu marido] morreu eu parei mais no tempo ainda. (...) Eu não vivi a vida lá. Eu era casa, família e igreja, casa, família e igreja. Eu acho assim que todo mundo sabe que eu mudei muito aqui. Lá eu não tinha amizades. Aqui eu tenho, eu faço amizades, eu saio, tenho muita amizade sincera mesmo. Agora vou ser sincera para você, eu acho que na minha idade eu viver o que eu vivia no Brasil eu não vivo mais. Estava muito fechada. (...) Que eu praticamente oito anos eu não vivi depois que meu marido morreu” (B2). Existem muitas histórias de mulheres que têm que criar os filhos sozinhas? “Sim. Muitas. (...) Inúmeras. Eu mesma até há um tempo atrás era uma delas. E tenho uma vastidão de conhecidas” (B1).

“Prefiro poder falar e tentar trabalhar noutros sítios do que (...) As pessoas velhas é que gostam do comunismo” (E4). Os mais velhos, embora tenham entendido que a falta de liberdade do comunismo não era coisa boa, parece não terem força suficiente para

---

<sup>3</sup> Os códigos de identificação dos entrevistados permitirão o leitor distinguir os europeus de Leste – designados pela letra “E” e um número de 1 a 4 – dos africanos – designados pela letra “A” seguida de 1 a 5 – dos brasileiros – designados pela letra “B” seguida de 1 a 5.

quererem lutar por essa nova sociedade que está a emergir, nem ter força para abandonar as saudades dos seus tempos de juventude e as suas raízes.

“Ucrânia gosta comunismo porquê? Porque agora ficaram fora do nosso país [a Rússia]” (E4). Essa, porém, é apenas uma das vertentes dos sentimentos criados pela queda da União Soviética: “(...) se não há diferenças ficamos assim pouco como nos tempos dos soviéticos, o homem soviético, soviético que não vê outra situação (...)”. Bom “é viajar, ver as coisas, é umas coisas diferentes e falar com pessoas diferentes” (E3). “A minha mãe ainda não consegue viver tipo ... apanhar aquela força para não cair. (...) Ela tem medo de abrir um *business* ou fazer alguma coisa, ela tem medo (...) Os mais novos agora estamos assim: (...) estão mais ricos. Apanhei uma sorte? Sorte. Abriu uma coisa e aquela coisa vai crescer, crescer para os filhos deles. Também estão a estudar na América (...)” (E1).

“Então ficaram com grandes problemas económicos” (E4). De facto, “metade da cidade estava a gastar daquela feira, parece aquela que há em Chelas, numa cidade bem maior. (...) a gente estava a vestir tão mal, tão mal! ... tão pobres. Foi isso a primeira coisa que ele viu. (...) Minha mãe não pode vir para cá porque tem avó (...) Eu estava a pensar vir cá por um ano, ganho um pouquinho e volto para fazer coisas... Gastar mais ter mais. Foi o meu jogo (risos)”. No Ocidente “é como se estivéssemos mais livres: (...) podes passear, podes ganhar, podes... e lá é difícil. Cada dia tens que pensar no que vais comprar amanhã (...) As gentes lá são mais ... assim mais nervosas ... mais escândalos no trânsito (...) até batiam uns nos outros ... tem coisas que é assim” (E1).

Crianças neste ambiente depressivo da Ucrânia e sem a mãe ficam maus – diz a avó. E “é bom para teu filho começar a estudar para depois ele sair para outro país? (...) Não. Se eu estou cá ele também tem que estar comigo. Vamos ver como vai andar a nossa vida. (...) E todos dizem: Vida com filhos é mais difícil.” (E1).

A escolha entre ficar e partir depende da ordem económica: “Lá não há subsídios (...) [ou melhor,] há mas não dão nada (...) cá as mulheres ficam com os miúdos quatro meses. Lá nós ficamos quatro anos, só que não recebemos. Recebemos tão pouquinho que não dá para nada (...)” (E1).

Mas também depende da ordem política: não tens esperança que as coisas melhorem no teu país? Perguntámos. “Não” foi a resposta que obtivemos.

Será preciso ter coragem para emigrar? “Eu não apanhei aquele ‘Eu tive coragem’, nada. Ao contrário: ‘Olha, já é tempo. Agora já posso ir’, e fui. Pronto, deixei tudo. Deixei lá mãe, marido, família, todos...” (E1). Num contexto de riscos perenes e constantes, a natureza humana pode organizar socialmente, quiçá geneticamente, à moda do que acontecia aos nossos antepassados recolectores, um estado de mobilização readaptativa, um desligar das raízes, como quando os clãs demasiado numerosos se separavam para sobreviver. Com disponibilidade e esperança, principalmente para o caso dos mais jovens.

Quando o primeiro se sente preparado para partir pode despoletar a mesma acção em muitos outros que tenham vivido as mesmas emoções durante um período de tempo suficiente para condicionar as respectivas disposições de acção. “Então, a gente queria mesmo ter um sítio diferente. O meu pai decidiu vir a Portugal. **Pois**. Porque podia completamente trabalhar em Moscovo. Ganhava a mesma coisa que aqui” (E4).

É o desconforto da insegurança ontológica que se difunde, por vezes sem razão aparente, embora por razões óbvias. De facto, ficar sem o dinheiro que se tem no banco “faz medo às pessoas”. O Estado veio dizer que ia ajudar através da Segurança Social. “Agora pessoas não acreditam nisso. (...) Daqui a uns tempos (espero) que a Ucrânia passe a ter política, um Presidente com cabeça e não com bolsa. Hoje isso não está

escondido: só pensam nas bolsas: os filhos deles têm casas e têm vivendas por todo o mundo. (...) Mas se passar mais tempo a Ucrânia vai morrer. É pior do que guerra (...) Para a guerra a gente estava com energia, fazia coisas. (...) Agora não. Ninguém tem ideias. (...) Não quer fazer por que sabe por dentro que isso não dá nada. (...) A Ucrânia acho que não vai entrar na União Europeia durante muitos anos (...) Não tem economia certa, não tem justiça certa, nem medicina certa, nada!” (E1).

Alguém que regressou à Ucrânia não atende contactos de amigos em Portugal que querem saber o que se passa lá: “Estou mole, não sei explicar” responde quando arranjou forças para atender o telefone. “Não, não é triste, não estou triste, estou cansada”. “Porquê? Em Portugal trabalhavas 12 horas por dia e estavas sempre aqui, todo o dia. E agora?!... (...) Ela agora tem que aprender como conseguir viver lá” (E1). A força anímica, como o estado-de-espírito, é subjectiva mas é objectivada. A esperança desenvolve adrenalina, a insegurança ontológica provoca depressão. “Se vivesse lá bem não vinha para cá (...) Por causa disso todos vão para outros países: (...) O Estado não pensa no seu compatriota, não pensa para ajudar, para viver bem” (E2). Trata-se, portanto, de uma versão prática da ideologia liberal: “A farinha está mais cara? A manteiga está mais cara? Mas não há tipo uma manifestação...” (E1). Sem acrimónia ou compreensão perante os factos. “Depois nós próprios não ligamos a essas coisas, porque pensamos em ir para outros países e pronto: sou romena e vivo aqui”. Não se arrepende. Aquilo de que suspeitava está a realizar-se: “O trabalho naquele tempo” na Roménia “estava melhor” do que hoje em dia, “só que o que ganhava não dava para viver, para comer, para pagar as coisas de casa, para fazer compras” (E2).

Processos equivalentes se passam com imigrantes de outras partes: “Sente, mas sabe o que me assusta muito? Que as pessoas cometem a injustiça de não se unirem... (...) No meu país eu nunca trabalhei num cargo (...) inferior” (B1). Em “três horas de trabalho por dia, eu ganho trezentos euros. De segunda a sexta, nos sábados eu só vou lá fazer uma coisinha só. E, então, quando é que eu vou conseguir isso no Brasil? No Brasil você podia trabalhar a fazer uma limpeza numa casa é cento e oitenta reais. (...) tem pessoas que tem um estudo alto e está vindo para cá, tentando coisas lá de baixo, porque lá não dá. Agora imagina eu? (...) Eu voltei bem, bem assim... um pouco até revoltada, até comigo mesmo. Não sei se foi o que eu vi lá. A situação que eu vi, tipo, que eu tenho minha casa lá mas no fundo não adianta nada, que é só a casa não adianta nada (...) A maioria sofre muito, sofre muito [na Europa]. Mas, não volta porque tem dívida, fez dívida lá... (...) eu tenho umas duas amigas minhas que falam mesmo que só vai embora a hora que conseguir o dinheiro para fazer tal coisa lá. E com muito sacrifício elas levam. E pegam tudo. Que o pouco daqui é muito lá.” (B2).

Lá no Brasil, “estudo, trabalho, e muitas outras coisas para que têm uma vida melhor. Mas... Não há possibilidades. Não tem, não tem para onde correr – é aquilo. E a cada dia que passa as dificuldades aumentam. É por isso que muitos de nós está saindo, é por isso que os brasileiros estão saindo do Brasil. (...) Porquê que eu vim para Portugal? Em busca de crescer como pessoa, de conhecimento, de tudo. (...) aqui se ganha mais, você pode pagar suas despesas e ainda mesmo assim continuar ajudando família. Que é o meu caso e de muitos brasileiros que aqui estão. (...) eu adoro aqui. Que eu conquistei minha independência aqui, os amigos melhores aqui” (B4).

Noutros casos, uma vez estabelecida a corrente, a imigração pode ser vivida de forma menos tensa: “Vim sozinha porque o meu pai já estava cá. Eu vim mesmo só para... vim no Verão, não é, vim para ver o meu pai, porque já não estava a ver o meu pai a um ano. **A tua mãe ficou na Rússia?** Sim. E depois eu queria trabalhar só o Verão, depois

queria ir embora. **Pois.** Porque eu estava a estudar e queria acabar o meu curso, não é? Queria ter um bocadinho de dinheiro para pagar os meus estudos, (...) Mas pronto, conheci o meu marido [português], não é?” (E4).

Este tema, significativamente, não é referido pelos africanos, seja porque a corrente migratória já se perde na memória social, como se fosse uma tradição, seja porque as relações de responsabilidade política do Estado português para com os povos dos PALOP é outra do que relativamente a brasileiros e a europeus de leste, seja porque os bairros – tema referido exclusivamente pelos africanos – são vividos como extensões de África em Lisboa, a partir de onde se procuram passaportes para outras vidas.

#### Relações com as instituições portuguesas (racismo como problema moral)

Existem limitações, próprias da cortesia e do sentimento nacionalista, na abordagem de temas que possam ser interpretados como críticas à nação portuguesa (bem como à nação originária do imigrante, noutro sentido). Uma das consequências será, como é sabido, que as opiniões ou experiências pessoais declaradas em entrevista sejam preferencialmente substituídas por expressões de consensos sociais reconhecidos e já perfeitamente elaborados, que possam satisfazer as expectativas do entrevistador. Essa falta de sinceridade dos nossos interlocutores não é um grave problema para o sociólogo, menos preocupado com o que se congema em situação do que com o que se troca em sociedade.

Pensamos ter identificado duas ordens de razões inibidoras do desenvolvimento dessa sinceridade, que revelam ao mesmo tempo atitudes particulares:

a) “Porque as pessoas chegam aqui como imigrantes, não só aqui em Portugal como em qualquer outro país, imagino eu, que tem começar outra vida, adaptar-se (...) acredito eu que seja até justo” (B1). A submissão à ordem funcionalista inclui a legitimação do reforço do tabu sobre os processos migratórios, naturaliza as desigualdades sociais e os modos de exploração da precariedade social dos migrantes;

b) Dada a nossa proposta de ordem de trabalhos, os imigrantes querem demarcar-se das pessoas que tenham problemas com a justiça: “Eu quero uma vida boa e não quero fazer confusões (...). Não queria ir para discotecas (...). Quando não vais a um sítio, fazes uma vida normal, já não encontras aqueles homens. Eu penso assim. Não?” E2.<sup>4</sup>

Os direitos (negativos) dos imigrantes envolvem interesses diversos e clandestinos, por definição, desde os angariadores de trabalho, aos familiares que servem de suporte às migrações uns dos outros, até aos esquemas que permitem que a lei em vigor tenha vários níveis de aplicação, consoante a época política (por exemplo, entre processos de legalização de clandestinos ou em diferentes períodos dominados por políticas de imigração diferentes), consoante as políticas relativamente à presença de estrangeiros.

Estado, economia e estrangeiros envolvem-se numa espécie de dança de sombras, de que a parte mais frágil conhece apenas as consequências práticas: autorização de residência ou autorização de trabalho; contrato de trabalho ou clandestinidade; tolerância dos colegas e vizinhos ou comunidade étnica regularmente guetizada; etc. Dança que acomoda interesse de várias partes. O interesse dos imigrantes será tão só ter acesso a um mercado de trabalho, mesmo quando legalmente fechado, que permita manter a situação de precariedade e a esperança – do próprio e da família, a viver no país de origem ou já no seu destino. Alguns “empresários” aproveitam a ruptura de rotinas, que sempre significa a imigração – para os próprios e para quem os possa

---

<sup>4</sup> Nos bairros populares encontra-se regularmente este mesmo discurso de distinção/solidariedade com os “pobres maus”. Cf. Chaves (1999) ou Costa (1999), por exemplo.

acolher – para explorar os vazios legais e organizarem trabalho negro. Os imigrantes sabem que qualquer reclamação de direitos sociais pode atrair a má vontade popular, principalmente quando esses direitos não são universalmente conseguidos na prática para todos os nacionais, como é o caso do direito ao trabalho ou à residência digna. Por isso a exploração de que são vítimas é aceite nos limites do compensador, para quem se procura dar o salto social: sobreviver com esperança de encontrar uma oportunidade na vida.

Os imigrantes transportam consigo expectativas de trajetórias sociais e laborais particulares, próprias da sua condição e das suas disposições, cuja concretização é problemática à partida, mas cuja evolução não está tão dependente das restantes trajetórias sociais dos seus companheiros de trabalho ou de residência como acontece no caso geral dos nacionais do país de acolhimento. Estes últimos não fizeram a ruptura radical com o seu passado. Ao contrário, continuam a viver uma continuidade emocional, intelectual, laboral, residencial, de geração em geração, mais vezes caracterizada pela rotina, pelas ambições comedidas, pela reprodução social, do que no caso dos imigrantes, que correm grandes riscos para obter resultados palpáveis. Ou não. Os diferentes estados-de-espírito entre imigrantes e autóctones definem diferentes potencialidades de risco e de energia construtora de novas identidades sociais, que se realizarão no futuro. Sem o meu filho comigo “estava confusa. (...) Às vezes quando queres uma coisa na vida ou melhor é não dizer nada, não falar, porque quando falas... (...) não consegues, às vezes” E2.

O que o sociólogo pede ao imigrante é que revele o que sabe daquilo que é a parte da sua experiência neste jogo. Que revele a sua riqueza estratégica no jogo, e também as expectativas que tem para a reconstrução da identidade pessoal e social, num trabalho delicado de reconstrução da memória moral, afectiva e racional, capaz de conciliar o passado com o presente, quando o futuro é incerto. Esse não deixa de ser um pedido praticamente impossível de satisfazer.

O imigrante tem, com certeza, os seus sonhos. Mas nem a si próprio os confessará. Eventualmente para não se denunciar. Mas com certeza por razões de sanidade mental e social. Durante a experiência de riscos e de transformações enormes, voluntariamente assumidas, os resultados são problemáticos, em particular no que diz respeito à gestão agressiva de expectativas sem rede social de apoio. A verbalização que o sociólogo pede é uma racionalização de um processo de avaliação, provavelmente suspenso até que uma estabilização pessoal, social e emocional possa vir a ocorrer um dia. Suspenso da falta emocional da segurança anteriormente sentida, antes da emigração. Suspenso de uma expectativa que se lançou para a frente de si próprio, sabendo-se da incapacidade material de assegurar um destino controlado. Isso tem custos emocionais que marcarão, provavelmente, qualquer imigrante pobre para toda a vida.

Trata-se, isso é evidente, de trocar de soberano: entre o Estado romeno e o Estado português, por exemplo, faz-se uma escolha, que tem tanto de racional como de emocional. Para a dialéctica assim iniciada, sabe-se à partida, há que estar munido de uma esperança, mais do que um programa de acção, para o qual não se tem poder suficiente. Apresentar publicamente este último, mesmo em esboço, além de potencialmente doloroso – pelo que revela de impotência – pode ser prejudicial para esses mesmos desígnios, se a informação cair em mãos erradas.

Há, de facto, um fenómeno social muito forte que justifica o facto de, em poucos anos, muitos imigrantes de Leste terem procurado Portugal, bem como outros países da União Europeia. Um fenómeno discreto, se comparado com as migrações da Alemanha Democrática para a Alemanha Federal que anunciaram a queda eminente da URSS, do

bloco de Leste e da Guerra Fria. Um fenómeno massivo, à escala do nosso país, da nossa história e da nossa economia, de consequências apenas compreensíveis a longo prazo, tanto mais que são de curto prazo os factores que justificam a tolerância do Estado a esta situação, organizada para satisfazer necessidades de mão-de-obra barata (e ilegal) para as obras do próprio Estado e de outros sectores da economia portuguesa, em particular os que se caracterizam por relações de trabalho mais precárias e de economia paralela: a construção civil e o turismo.

Os imigrantes, esses, sentindo-se sem retaguarda e sem garantias de futuro, formam o tipo ideal de trabalhador competitivo e flexível, no sentido que as ideologias neo-liberais têm vindo a idealizar. Dispersos e isolados, num mundo de individualismos narcísicos seduzidos pelo consumismo dominador, os imigrantes sabem que podem contar com uma solidariedade social tanto mais inacessível quanto maiores são as filas de imigrantes à porta dos organismos de Estado.

“Amigos estão preocupados que em Portugal possa acabar daqui a dois ou três anos. (...) A economia de Portugal estava mais em baixo. (...) Nós tivemos uma conversa muito séria. (...) Nós vamos precisar de mudar de país” (E1). Saber de experiência feito: “Chegamos a outros países também assim: abrem-se janelas, janelas, janelas e depois polícia apanha e manda lá para fora (...) Na Alemanha muita gente voltou para casa” (E1).

No Ocidente “é como se estivéssemos mais livres: (...) podes passear, podes ganhar, podes... e lá é difícil. Cada dia tens que pensar no que vais comprar amanhã” (E1). “As mulheres cá tem quarenta e cinco anos e parecem que têm vinte e cinco” – digo à minha mãe – “vestem-se bem...” mas ela não se preocupa com esse tipo de coisas. Não consegue pagar a renda de casa. Diz-me ela: “Se não me ajudasses, não sei como faria” (E1).

Outra posição têm os africanos entrevistados: “Será que cá em Portugal é preciso abrir os olhos aos que estão por cima de nós para ver o que é que se está a passar? (pausa) Por isso é que o vosso país não vai em frente! Está cada vez em baixo. (pausa) É verdade. É difícil dizer isso, mas é a nossa realidade, não podemos é ficar calados. (...) Como não são eles que passam por isso, sabes? Os mais afectados são as classes mais baixas. Que a classe mais alta tem sempre dinheiro e pode fazer algo, não é? Como nós não temos, é tudo pelo Estado, temos que nos aguentar. É a realidade” (A2). “Eu acho que devia, seja lá quem for, devia ser tratado da mesma maneira, não é? Isso poderia ser melhorado, revisto no sistema judicial aqui em Portugal.” (A4),

“O problema de burocracia é global, é global. [Para portugueses e estrangeiros.] Mas na comunidade imigrante é muito mais acentuada porque não tem apoio, eles não sabem, eles não sabem onde ir. (...) O governo devia de pensar nisso e reestruturar o sistema judicial. (...) Isto é preciso um debate, explicar às pessoas a situação, sobretudo, para poder resolver isto, é muito complicado” (A4).

“(...) muitos portugueses foram na Guiné ou mesmo a África e tiveram sempre privilégios, nunca tiveram aqueles problemas de documentação ou tem que ter visto, ou têm de ter não sei quanto de residência, nunca tiveram problemas para trabalhar. Eu acho que os portugueses... quando chegam, todos os brancos chegam em África são sempre tratados da melhor forma” (A5). Também nas prisões se pode observar diferenças de tratamento. “Se a prisão está lá é para todos. Depois a justiça também naqueles que têm as celas de maneira diferente” (A3).

“Se há democracia as pessoas podem manifestar-se, expor aquilo que sentem sem ser presos mas eu não sei...” (A5) Ou devo “proteger-me mais porque hoje em dia... as

coisas estão complicadas e não nos podemos meter em confusões” (A4)? “Eu não percebo muito disso. É de um deles, eles é que estudam para isso, não é?” (A3).

“Justiça no mundo é igual” (A5).

“(…) os africanos sofrem porque às vezes eles não facilitam as coisas” (A5). [Paguei-lhe a viagem para Angola] e depois eles também não acreditam que ele esteja lá. Volta e meia eu tenho a Judiciária aqui na minha porta! A vir à procura dele. Dizem que é a mesma coisa que se eu tivesse a esconder ele, está a perceber?” (A2). “Não é [precisa] aquela justiça dos presidiários (...) depois perguntavam-me porque é que eu não respondia às cartas e eu dizia mesmo a verdade, que já acabava por desistir porque ninguém, parecia que não se preocupavam com o caso” (A3). “O meu irmão dizia que os portugueses são racistas. São racistas, não davam oportunidade aos negros. (...) Eu graças a Deus não passei porque ele estava cá (...) como vim legal, com coisas legais não tenho dificuldades, mas há muita gente que tem dificuldades, que vêm da Guiné, vêm para fazer um tratamento não conhecem ninguém cá e aqui a Embaixada pouco faz” (A5).

”Os bandidos do bairro estão quase todos presos (...). De repente há rugas (...) os polícias (...) vem dizer que estamos a fazer muito barulho” (A3). “Não conseguem manter a calma, sobretudo, os que não têm nenhum tipo de formação e são muito mais violentos do que... os que estão a estudar. (...) Os africanos são mesmo violentos... e... gostam de festa e juntam tudo... bebem um copito e pronto a violência surge daí” (A4).

”É racismo fazer [turmas só com negros] porque não há outros [meninos] brancos que são burros, ou brancos que têm mais idade, que estão nas outras turmas...” (A5).

”Os portugueses quando... nunca são amigos dos pretos porque só quando precisam dos pretos é que falam neles, porque quando exploram os pretos é que são amigos. (...) Trabalhava na limpeza, arrumava a casa deles e chegava ao fim do mês e nunca me ficaram a dever e fiquei muito...” emocionada/grata (A5).

“Não têm emprego porque os ucracianos, eles pagam o preço que pagarem e eles aceitam (...) Dizem, dizem. (risos) Eu já ouvi muito dizerem, "Agora já não há trabalho para os negros nas obras porque os ucranianos ou os imigrantes de leste fazem mão-de-obra mais barata” (A5).

Os portugueses, para além das burocracias em que são especialistas, “na sua maioria são maus. (...) Eles estão em primeiro lugar (risos)” (A1). “Em Cabo Verde, Cabo Verde não só, África, as pessoas são livres, são alegres e preocupam-se muito mais com bens espirituais do que materiais e aqui, as pessoas preocupam-se muito mais com bens materiais” (A4). “Eu sinto muita diferença porque aqui as pessoas ficavam sempre em casa e não tem aquele convívio como na Guiné, com os outros, a vizinhança. Aqui quando um se fechava na sua casa nem... nos primeiros tempos fiquei muito, muito, muito... (pausa) **Sozinha? Sozinha**” (A5).

A “criminalidade também não é só [de negros], não é? Às vezes também é a provocação de outros lados... **Porquê? Porque se formam os gangs... está-se a referir a isso?** Exactamente. As pessoas, as pessoas... eu li há pouco tempo um livro que falava sobre racismo e que os jovens, um jovem português e no livro referia sempre os negros "Vão para a terra deles, vão para a terra deles” (A4). “Às vezes posso sentir porque nós mesmos às vezes temos um bocadinho de racismo dentro de nós. Nós pensamos que o outro está a pensar isto dentro da nossa cabeça (risos) não é?” (A5). “Não digo racismo mas penso que é um bocado isso para os imigrantes aqui em Portugal” (A4).

**“Esse tipo de injustiça racial. Foi sempre uma coisa que o preocupou, porque em Cabo Verde não havia?** Preocupa-me, preocupa-me. Porque quando estava em Cabo Verde não sabia... já ouvia coisas de racismo, mas não sabia concretamente o que era



aquilo. E quando cheguei aqui, comecei a perceber muito mais o que era o racismo, não por ter acontecido comigo mas por ler as notícias, ler o jornais e comecei a sentir realmente o que é o racismo. Mas de resto nunca aconteceu comigo e não ando com medo na rua” (A4).

”Isso também é um outro factor. Às vezes o negro, às vezes o negro pelo aspecto, isto também acontece com um branco, às vezes vê-se uma pessoa de... mesmo professores de universidade ficam com umas roupas assim (...). Formaram só uma turma de negros. Eu fui assistir a uma reunião antes de começar as aulas. Os pais, chamaram os pais, porque formaram essa turma por causa que as crianças têm idade avançada e não podem estar misturadas com as outras crianças (...) eles nascem cá mas não têm nacionalidade (...) antigamente acho que se nascesse cá tinha [nacionalidade] mas agora não. Tem de ter residência” (A5).

“Sentia-me um bocadinho isolada no 12º, (pausa) um bocadinho isolada mas depois... durante um tempo... mas depois eu ficava sempre... houve uma senhora que naquela altura tinha duas meninas que moravam em Amadora e eu também morava em Amadora e depois eu sei que me aproximava porque ela também vivia em Angola. Do resto, dos outros, não aproximava de mim. (...) Olhe, tenho um computador e não sei se a vizinha quer?” E eu disse logo “Quanto é que é?”. E ele disse-me “Não, não é para pagar (...) muitos portugueses foram na Guiné ou mesmo a África e tiveram sempre privilégios, nunca tiveram aqueles problemas de documentação ou tem que ter visto, ou têm de ter não sei quanto de residência, nunca tiveram problemas para trabalhar. Eu acho que os portugueses... quando chegam, todos os brancos chegam em África são sempre tratados da melhor forma, (...) cheguei ouvir na camioneta mas não é comigo. Um a discutir com o outro e diz assim, “Vai para tua terra pá, seu preto” e não sei quê. E eu fiquei assim, mas eu não digo nada porque não era comigo. E eu disse assim “Esta pessoa...”, porque tudo que as pessoas às vezes dizem, depende da formação de cada um” (A5).

“Primeiro ano houve um bocado de discriminação. Sempre há, não é? Embora em Portugal, sou brasileiro, “Aí brazuca!”, brazuca para lá, brazuca para cá, então, aceita-se bem. Agora, a nível de... passado um ano eu fiquei muito bem. Que eu entrei no ramo da música, então, para mim, eu estou no Brasil na mesma, entendeu? (...) Não houve grande choque, entendeu?” (B3). Os “portugueses que têm relacionamentos com brasileiros de amizade de relacionamento amorosos o que seja, eles também têm uma certa discriminação por serem, com relação a família, amigos, por se relacionar com estrangeiros. (...) Porque muitas pessoas não acham que você tenha o direito de cá estar, e todavia trabalhando, tirando talvez tirando o lugar de um que é daqui. **Já ouviu esse argumento várias vezes?** Já, já ouvi, já ouvi certamente” (B1).

Por exemplo, em Inglaterra, numa primeira e traumática experiência de imigração, “a maioria das pessoa que... a maioria não, cem por cento das pessoas que eram detidas naquela época na imigração eram pessoas de cor ou eram pessoas vindas do Brasil” (B5). Não sendo negro, entende que “o maior preconceito que existe é o racial. Eu acho isso horrível, horrível, horrível, horrível, não tem. Já vi várias situações de eu ser escolhido sem qualificação nenhuma em comparação com outra...” (B5). Dá outro exemplo, agora em Portugal, que terá acontecido a uma negra: ““Ela vem de África”, depois ela abriu a boca e como era brasileira... (...) A coisa de repente desapareceu, não é?” (B5).

Em Portugal “pessoas mais velhas, sempre mais velhas, elas dizem muito mal para estrangeiros” (E1). Curiosa esta afirmação que sugere, por um lado, o modo de análise geracional que se justifica após a implosão da URSS. Mas também se pode referir aos

efeitos da propaganda anti-soviética do Estado Novo, contra os regimes comunistas e também contra os seus povos que os acolheram. A investigar.

Problemas de integração: arranjar e manter trabalho, formação, assistência social.

Para os que chegam, a primeira questão é o trabalho, isto é, o estabelecimento de uma relação social privada capaz de estabelecer um fluxo de recursos suficiente equivalente a uma capacidade de sobrevivência – o que por vezes não é conseguido, como o provam os que tombam às vicissitudes do caminho, de que por vezes se noticiam episódios de desespero ou mortes de fome.

“(…) Não houve grande choque, entendeu? Só ao nível de legalização. Isso daí é indiscutivelmente é mesmo injusto” (B3). Cheguei “como turista. E, fiquei duas semanas a tirar documentos e comecei a procurar trabalho. **Mas não tinhas nenhum contacto cá? Nada. Isso é que é coragem!** Tem que ter, tem que ter muita coragem. Eu não me arrependo. Gosto do que conquistei, das pessoas, como amigos, do trabalho” (B4). E se se tivesse que arrepender, como o poderia fazer?

“Eu estou passando por uma experiência agora que é nova e chega a ser assustadora... que é o facto de ser imigrante, de não poder trabalhar numa coisa que de repente você... tenha talento para tal e... você tem que agarrar no que tem” (B1).

“(…) não vou falar para você, "Olha, estou morrendo de felicidade". Não estou. Eu sei que a minha capacidade física está muito reduzida. Vou ter que aprender a nadar, senão vou ter que fazer uma cirurgia na coluna. Imagina eu fazendo uma cirurgia na coluna, aqui, sozinha? Apesar de que na família do meu namorado eu encontro uma família” (B4). Os problemas de saúde são pouco relatados. Quem deles sofre, nas condições de grande precariedade, como nos casos que nos interessa compreender, fica como um animal selvagem ferido, à mercê: estará provavelmente menos disponível para ser encontrado, para responder ao inquérito e, para mais, a saúde não é o nosso assunto. Mesmo assim, os casos emergem: o pai adoeceu e não pode trabalhar. Diz-nos a mãe: “Pois. É a mesma coisa que a gente vai a um Centro de Saúde. Não temos dinheiro, estamos a basear pelo Estado. Ficamos lá horas se for preciso, lá. À espera que eles nos atendam, se for preciso três horas... Ainda há pouco tempo estive lá, estive seis horas. Isso é inacreditável, enfim... (…).

“(…) (assunto relacionado com o pai) (...) o filho mais velho perguntou-lhe se estava a chorar”, das notas de entrevista.

Já que o tribunal não resolve e ficam anos e anos a tratar de um assunto, dever-se-á fazer justiça então pelas próprias mãos. Só que também, por um lado, fazia e não fazia. Tinha que pensar duas vezes (risos). **Porque é que não fazia?** (risos) Com medo (risos), de ir presa. E fazia para me sentir satisfeita. Concretizei, para o bandido não sair impune, isso acho eu (...). (risos) Tem que haver. Ele saiu [de Portugal] de alguma maneira... mas olha, isso já passou, fogo. (pausa) São coisas às vezes que me magoam” (A2).

O caso refere-se a um imigrante que entrou numa situação de deficiência mental que o impediu de trabalhar, inclusivamente de ter dinheiro para voltar para o país de origem, onde as suas limitações serão, eventualmente, menos problemáticas para a sua sobrevivência e a dos seus. Enquanto o assunto não se resolveu, na sua demência, o imigrante procurava os filhos na escola, mas não tinha condições para se responsabilizar por eles. Os pedidos de ajuda da mãe não o impediram de agir perigosamente

relativamente aos filhos, e a mãe acabou por ser obrigada a pagar o repatriamento do pai.<sup>5</sup>

Quando se procura emprego pode acontecer repetidamente: “(...) “É de cor?”, “Não, não precisamos”, quando ela diz que, “Sou”, “Não precisamos”. (...) Por acaso ela está mesmo revoltada” (A1). “Trabalho para um estrangeiro ilegal. Porque também para ele, para o empregador, é complicada a situação. (...) Mas também já vi pessoas que foram demitidas e que tiveram problemas” (B1).

Há dificuldades estruturais, no sentido duplo sentido de intencionais e administrativamente produzidas: “(...) se eu estivesse legal, talvez eu teria mais abertura para um outro trabalho, uma outra função. (...) Porque estão dando trabalho e ao mesmo tempo com os empregados que lhes dão com uma mão e de repente eles tiram com a outra” (B1). “Marido, filho, um monte de dinheiro em trabalho de obras. Porque apesar de contrato há... chega a dia de pagamento e não pagavam o que combinavam (...). Eu acho assim que se viesse assim uma lei que não, era proibido discriminação em todo o sentido, isso não acontecia” (B2). “(...) me dão recibos verdes, quando eu emito eles recebem também” (B3). “(...) a maioria que conversei veio e estão trabalhando aqui nas obras, trabalhando de interna, a mulher, mulher está até que está mais fácil” (B2). “Há patrões que são justos, e há patrões que são desonestos, que abusam que exploram que usam seu poder (...). Mas esquecem que eles também, como ser humano, também podem procurar crescer como pessoas, para o bem da própria empresa, e que podem puxar por isso, buscando também informações e não se acomodando ao que está fazendo” (B4).

“Mesmo legalizados. Quando não é a idade, é o tipo de trabalho. A gente vê que às vezes não vale a pena, porque é muita coisa para se ganhar muito pouco. Trabalho é muito, ganha muito pouco (...) Eu conheço pessoas, aqui no prédio mesmo, que no começo, quando vieram para cá eles perderam muito dinheiro. (...) **É mais fácil arranjar trabalho para a mulher?** Aqui é. Mas lá [no Brasil] para nós, para nós lá não. Não tenho essa ideia de lá não. Aqui já é mais fácil” (B2). “(...) eu me sinto bem, eu me sinto muito bem aqui, (...). Tanto é que esse meu trabalho foi conquistado através dos próprios clientes da casa onde eu trabalhava que me indicaram para esse novo patrão. E esse novo patrão em menos de três meses já me colocou num cargo (...) eu não posso dizer que Portugal foi mau, que Portugal está sendo isso ou aquilo. Para mim está sendo ótimo, eu tive experiências excelentes” (B4). “E gosto muito de Portugal, muito (...) [Mas] eu não posso fazer entrevista pelo telefone, não tem, de emprego e coisas do género. Eu tenho que ir lá e me mostrar. Se for pelo telefone, ele

---

<sup>5</sup> “Nesse caso, eu para ter mais ajuda e para o tribunal ser mais rápido, a assistente social da escola devia fazer algo, não é? Entrava em contacto com o Tribunal de Menores e explicava a situação. Eu vou lá, chego lá, explico a situação, não é? Qual é o resultado? Até hoje nenhum. Eu nunca cheguei... nem nunca tive essa declaração. Já se passaram quantos anos? Eu estou praticamente desde, eu estava praticamente desde 98, finais de 97 foi quando ele começou a ficar doente, ele foi internado em finais de 98. Pronto, foi em 98 salvo o erro que eu comecei a tratar dessas coisas, não sei se foi em Março ou Junho e Julho. É um desses meses, só vendo aí nesses papéis é que se consegue. E vê lá! Só depois, só depois de quanto tempo? De 98 para agora... do ano de 2002, salvo erro em Março é que consegui uma carta, a carta devia dizer assim, não sei quê, "... a custódia dos miúdos (...) é que estava comigo". E eu disse, "Não foi isso que eu pedi ao tribunal. Simplesmente, eu queria que o tribunal cede-se uma declaração com que a polícia pudesse ir à escola e não deixasse sair de lá os miúdos no estado em que o pai estava". Não custava nada o tribunal pedir uma declaração do hospital onde ele esteve internado, Júlio de Matos, o que é que custava muito? Eu acho que isso é uma injustiça. Eu para mim eu considero uma injustiça” (A2). Quanto aos cuidados de saúde, “o Júlio de Matos diz que ele já estava bom, e ele precisava de ser acompanhado. Eu não podia o acompanhar porque eu estava a trabalhar” (A2).

sabe que sou brasileiro, pelo sotaque brasileiro, ele já diz que o lugar está ocupado” (B5).

“(…) o pouquinho que ganha aqui ainda consegue-se pagar uma ou duas contas lá no mês. E a outra, porque ela insiste em ficar, na esperança que vai conseguir um trabalho maior. E realmente... é melhor, e realmente quando o tempo vai passando, ela vai ficando com outro, com outro, ela tem condições de melhorar. Mas assim, não leva uns dois, três meses não. (...) Eu tenho mesmo a sobrinha do meu primo, essa ficou dois anos aqui. Não saiu para lugar nenhum os dois - era marido e mulher. Essa ganhava muito pouco no trabalho. Mas se alimentava muito mal em casa, mas conseguiram comprar um terreno e construir uma casinha para eles lá” (B2).

Uma das primeiras razões da imigração é o diferente potencial económico, tanto no aspecto da insuficiente remuneração anterior, como no aspecto da remuneração aumentada no país de acolhimento, sem falar nas condições sociais. Os mercados de trabalho, é preciso dizê-lo, não são hipermercados em que os produtos têm etiquetas estandardizadas e controladas por associações de consumidores. São campos de luta social, política e sindical, não apenas na produção mas também na vida em sociedade, nomeadamente ao nível dos serviços sociais e ao nível dos entendimentos, práticas e decisões morais que quotidianamente afectam, mais ou menos directamente, os imigrantes e a respectiva auto-imagem, em particular ao nível do sentimento de pertença e de integração social. Disso mesmo nos falam os nossos entrevistados:

“(…) você pode ver que nos lugares onde se trabalha, há pessoas muitas vezes estão lá anos e nem tiraram férias e nem receberam férias que é uma coisa comum. É comum. Eu já trabalhei no Brasil, trabalho agora aqui e há empresas que fazem isso com os seus funcionários. Mas fazem porque muitas vezes eles não têm a formação devida. (...) uma minoria, têm a formação devida mas têm medo, ficam acuados, têm receio que por cobrar e tal posso ser demitido, posso... (B1).

“(…) também acontece uma certa injustiça [quando] há pessoas que tentam extorquir dinheiro dos seus patrões. Quando (...) é um mau funcionário com um patrão, mesmo assim vai em busca, entra com um processo e é óbvio que alguma coisa ele vai sempre tirar. Mas infelizmente também há pessoas, há trabalhadores mal intencionados e querem conseguir dinheiro através de uma demissão que às vezes até é por causa justa (B1).

“(…) Ainda mesmo que não, não possa...há empresas que dão trabalho e tudo mais, ainda que corram o risco (...). Talvez como está já engajado na empresa, tem todas as facilidades, não vai estar insatisfeito em algum aspecto tipo no aumento de salário, por isso, por aquilo... Entende? (...) a coisa da hierarquia, é uma situação que é ridícula. A pessoa sente isso e passa a ter atitudes injustas com os demais, com quem, digamos assim, ele acredita estar abaixo” (B1).

A ponderação de várias situações laborais conhecidas, que trabalham na desconfiança mútua, faz o entrevistado concluir pela relevância económica das atitudes morais sintonizadas em jogos de soma positiva, como se diz na linguagem da teoria dos jogos. Outra entrevistada, com outra experiência de vida, reflecte sobre casos em que tal sintonia não ocorre:

**“Já se sentiu explorada?** No começo sim, mas agora quando eu sinto que eu acho que é exploração eu nem vou trabalhar. (...) Não. Eu hoje não vou. Prefiro fazer outro trabalho, por dia, sem documento, sem contrato, do que pegar um contrato no trabalho assim (...). Para se ganhar um serviço, tem serviço de quatrocentos euros, mas a pessoa chega o dia do pagamento, ela não paga direito, demora uma semana, demora uma semana, não tem... Não compensa. Eu prefiro às vezes ficar até parada do que fazer isso

(...). Eu conheço pessoas aqui no prédio mesmo que no começo, quando vieram para cá eles perderam muito dinheiro. (...) chega a dia de pagamento e não pagavam o que combinavam, pagava sempre menos” (B2).

Para não se estar desprevenido perante a imoralidade, que nunca se faz anunciar, há que desenvolver uma estratégia específica: ou de generosidade e confiança, arriscando ser-se enganado em favor de uma possibilidade de soma positiva; ou de desconfiança prévia e exigência de garantias, sem as quais se prefere não estabelecer relações laborais. Em qualquer das hipóteses, com ou sem razão, como vimos, parece que também há quem aposte no recurso aos tribunais para tirar benefício da ruptura de laços contratuais.

No Brasil, quando era jovem interno, “você sabe sempre histórias [de vidas marginais] dos miúdos que vêm do outro colégio. Sabe, mas não te interessa. Porque é assim: tem o seu trabalho, tem ali o seu dinheiro, não interessa (...)” (B3).

A lei existe, de facto, e “não interessa” desafiá-la, nem sequer falar dos companheiros que a desafiam em público. Compreende-se. Por outro lado, do outro lado “há patrões que são justos, e há patrões que são desonestos, que abusam que exploram que usam seu poder. (...) [Também os há que] cumprem as leis, são rigorosos, puxam demais por você, só que na hora que você precisa [em situações de dificuldade]... **Não correspondem.** (...) O meu patrão... cá. Este? Perfeito. E ele, nem precisa assim de... é extremamente maravilhoso como pessoa. Mas, nem precisava ser porque ele é justo, cumpre, é cumpridor das leis. (...) às vezes o patrão de má fé, pode ser boa pessoa, mas não é claro com as leis perante ele (...). E há trabalhadores que não são informados e que são completamente tapados, não procuram se informar e também pecam um pouco nisso (...). Há casos que o próprio patrão não está sabendo [de que algum funcionário se está a aproveitar da situação do imigrante], e é falta de esclarecimento isso” (B4).

Para que o jogo de soma positiva exista, não basta o patrão cumprir a lei nem ser honesto, embora isso ajude e seja necessário. É preciso que o patrão seja capaz e esteja em condições (objectiva e subjectivamente) de reconhecer o valor do trabalho.

“Eu acho que todo o funcionário tem que sempre querer o bem da empresa porque é o seu segundo lar. Então, é dali que vem a sua fonte de renda, não é? (...) esse meu trabalho foi conquistado através dos próprios clientes da casa onde eu trabalhava que me indicaram para esse novo patrão (...) eu já conquistei, conquistei um cargo. (...) tendo um funcionário satisfeito ali na empresa, tem um atendimento cem por cento, satisfeito e vai ter muito mais rendimento com isso” (B4).

“Eu falei que não, não poderia trabalhar mais com ele. Ele concordou, só que não fez meu pagamento. Saí de lá, não recebi o meu salário, não recebi férias, eu não recebi nada do que eu tinha direito. (...) Ah, sim! Esse caso [da relação patrão-empregado] sempre vai ter. É indiferente você é brasileiro ou é português ou seja de qualquer outro lugar do mundo. Sempre vai ter problema” (B5).

No Leste, “a gente vive porque não sabia também vida melhor. (...) estava a pensar que minha vida não tão má (antes de conhecer Portugal) (...) Irmão de minha amiga foi embora. Ele não tinha legalização. Nós falámos para ele e disse-nos: "Olha, não imaginava situação [aqui no Leste] tão mal”” (E1). O sentimento patriótico não chega para enfrentar as dificuldades ontológicas, económicas e financeiras das pessoas. Namorava com quem deu contacto de irmão emigrante, já legalizado. Veio como turista sem pensar em emigrar, diz sem mais explicações sobre o tipo de relações entre este familiar por afinidade e a sua pessoa. Viu que podia arranjar emprego e três meses depois decidiu ficar. “Não vi o meu filho [durante] quatro anos” Voltou em 2002 para o trazer para Portugal (E2).

“(…) há pessoas que se vêm que têm um dinheirito já ficam em casa. (...) (risos) Sim. Deixam de trabalhar. Depois de consumirem aquilo que ele já trabalhou e vai à procura de trabalho. Há pessoas que já estão cá há anos e anos e não... nem consegue... pronto... não tem abrigo, vá. Não tem abrigo. Ficam ali, de um lado ao outro.” (A1)

“Cada vez que me faziam uma promoção eu saía. **Então?** Ah, muita responsabilidade. Já tenho os meus filhos. (...) Foi fixe. Estive lá durante três anos. Gostei muito. Fazia muitos papéis, íamos conhecer vários sítios de Portugal. Íamos passear com os idosos, mais com idosos. Foi giro. **E também...** Fui parva foi em ter saído, mas enfim. **Mas não lhe pagavam pois não? Era voluntário...** Não, depois era assim, eles davam-me sempre, compensavam-me sempre. Não me pagavam o ordenado, não é? Mas já chegava o fim do mês, davam-me doze contos, catorze (risos). (...) Não dá para sempre estar a mudar de trabalho (risos) Isso era dantes. Mas, olha naquele lugar já é a terceira ou a quarta vez que me põe para lá. Sempre sou bem recebida, graças a Deus.” (A2).

Formação:

“(…) outra coisa é a integração, também... **Está a falar de pessoas que nasceram cá?** Que nasceram cá e que não estão totalmente integradas. E os imigrantes, a maior parte deles não tem qualquer tipo de formação e... não se comportam como deveriam de se comportar e levam tudo na violência e isso é que origina a... (...) A maior parte das vezes é para chamar à atenção” (A4).

Uma das formas de lutar por melhores condições de vida na sociedade portuguesa, como noutras, é obter qualificações escolares e profissionais reconhecidas:

“Pelo menos o décimo segundo ano quero ver se acabo (pausa) não, não... E até pode ser que depois consiga um trabalho melhor por causa desses estudos. Porque eu não quero continuar como auxiliar” (A3). Para aqui chegar terá sido possivelmente preciso, primeiro, ter conseguido o tal emprego como auxiliar educativa, que é uma condição de trabalho relativamente estável. Deste patamar podem alcançar-se, então, novos horizontes.

Para suportar o peso das expectativas de obter um grau escolar de fim do secundário (que não serve praticamente para mais nada a não ser para tentar entrar no ensino superior) é preciso ter estofos. É uma ambição que, para ser levada a sério (e não há outra maneira de a levar, mesmo que depois o desempenho escolar seja menos bom do que se possa gostar) exige um investimento pessoal num compromisso que nem todos estão dispostos a considerar: “Eu acho que o estudar não tem nada a ver. **Não tem nada a ver?** Não. Por exemplo, nem todo o mundo pode estudar, senão como é que era o nosso país? Era impossível, não é? Não havia empregados de rua, não havia nada. Iam ser todos doutores? Impossível, não é? Nunca acontece isso. Em lado nenhum”(A2).

Assistência social:

Há problemas sociais que se tornam cada vez mais sensíveis, como é o caso da educação das crianças, não apenas pela diferente moral social que começa a proteger os direitos das crianças, mas também porque, no caso dos imigrantes, isso será decisivo para a integração das segundas gerações:

Fala de problemas de discriminação na escola, nomeadamente por via da falta de domínio da língua portuguesa. “**E então acha que a sua filha não sentiu esse momento como um momento de injustiça que lhe estavam a fazer?** Eu não deixo que ela sinta” (A5). “(...) eu, por causa daquela mulher, fogo, foi para esquecer,

esquecer tudo, tudo que ela fez. Por acaso foi mesmo para esquecer. O único apoio que eu tive foi na directora da escola. Por acaso foi, da directora e da educadora do meu filho. Agora, há tempos eu fui lá visitar, se visses a festa que ela me fez! Fogo, até as lágrimas me vieram nos olhos. Por acaso, foi uma...foi uma educadora...” (A2). As relações familiares podem, como já vimos, ser causadoras dos problemas maiores: “Vim continuar a estudar e vim tomar conta de uma minha sobrinha, que hoje tem catorze anos. (...) Cá, da minha família teve a minha irmã. **E como é que foi? Foi...** Foi por causa... acho que foi para tirar a guarda da minha sobrinha ao meu cunhado. Demorou tanto, mesmo isto das assistentes sociais, e nem sei quê, fogo! Foi um martírio. Lá... porque ele nunca aparecia nas sessões, nunca aparecia nada, nem para divorciar. Foi um castigo. Ele nunca comparecia. (...) Ah, na [minha] altura [de ter problemas com o pai dos meus filhos] era. Na altura a pessoa andava, nem andava para trás nem para a frente. Estava sempre no trabalho mas estava insegura. Sentia sempre insegura. Volta e meia era sempre telefonemas da creche, e não sei quê e isto e aquilo, oh! uma pessoa ficava logo ali...pronto, pelo tempo, oh, realmente a gente vê e ficamos parvos com as próprias notícias.” (A2).

Noutros casos podem acontecer dificuldades, como as já referidas entre pai viúvo e filha: “ele andava sempre a bater, a bater, a bater, e um dia comecei-me a virar a ele (...). E a minha irmã era a mesma coisa, mas a minha irmã levava porrada, e até hoje ela, o meu pai fala e ela abaixa. Ela é muito mais velha que eu e é sempre assim, o que o meu pai diz... o meu pai chegava-lhe a bater e ela já era uma mulher feita (pausa). E ela aceitava e eu já não aceitava (...). Ele pensava que estava a educar a bater (...). Às vezes dava-nos com o fio da luz e eu comecei-me a passar com aquilo, já não aguentava, e depois a minha mãe estava aqui, já estava muito doente e assistia a muita coisa e começou-me a revoltar e a gente deixou de se dar bem (...) Eu nunca pensei em ser condenada nem isto, eu sabia que não, porque as pessoas que fizeram queixa, foi num momento de raiva” (A3).

As famílias monoparentais geradas durante a imigração transtornam a vida dos não-nacionais: “Ele deve vir aí, aí no Natal e eu não deixo sequer a filha falar com ele, nem nada. Houve uma altura que até deixava, para ver se ela se aproximava para ele ver que tinha uma filha daquela idade, que tinha que meter na cabeça que já tinha uma filha, mas não valia a pena e então desisti” (A3). “E é assim, e depois aqui neste bairro é assim: ou separa-se ou junta-se” (A3).

Situação de entrevista:

Desde as primeiras entrevistas se percebeu haver, na abordagem com os imigrantes, dificuldades especiais. A língua, principalmente no caso dos de Leste, os tempos de trabalho muito prolongados e esgotantes,<sup>6</sup> as preocupações com a reunião familiar ou com a manutenção da família, isto é, o receio de estarem a colaborar com alguma actividade que venha a ter, no futuro, repercussões negativas sobre as suas vidas,

---

<sup>6</sup> “Eu acho que prenderam mais alguns (no processo Casa Pia), mas eu não vejo muito porque não dá, com o trabalho. Tenho que acordar muito cedo, ou pelo contrário, tenho que acordar muito tarde” E4. Sendo a televisão uma das ocupações de lazer mais universalmente utilizadas e tendo a vantagem de ser um modo expedito de socialização, onde se podem observar os sentimentos dominantes numa determinada sociedade, aprender a falar a língua, seguir os episódios da vida social, sendo assistir à televisão uma actividade bem menos exigente do que informar uma entrevista, esta resposta mostra como os modos de ocupação dos tempos dos imigrantes, na sua tensão quotidiana, objectiva e subjectiva, os tornam, independentemente da sua vontade, seres humanos diferentes, com disponibilidades mais limitadas e prioridades mais rígidas.

independentemente da nossa vontade de entrevistadores.<sup>7</sup> Independentemente da vontade dos próprios em colaborar.

No contexto do nosso quadro teórico, a indisposição geral registada e sentida remete para a desconfiança face à frieza dos tratamentos político-administrativos da informação, em contraste com o calor da solidariedade humana que emerge do convívio expressivo que a entrevista proporciona. Nesse sentido, os entrevistados foram informados da confidencialidade da informação, como é aconselhável em circunstâncias equivalentes. Mas, pelas reacções obtidas, isso não é suficiente. As pessoas de Leste, cujas experiências históricas podem servir de justificação, exprimem-no verbalmente, já que a crítica ao sistema policial dos regimes comunistas está autorizado. Outras pessoas fazem-no sentir com a mesma vivacidade, embora de modo não verbalizado.

Aqueles que nos receberam certamente conversaram sobre isso com outras pessoas, antes e depois de satisfazerem o nosso pedido de dupla entrevista. Quando lhes perguntaram de que constava a entrevista, apercebem-se que nem sequer sabiam explicar o que estiveram a fazer: O sociólogo “quer saber muitas coisas? Porquê? (...) Pensei também para não fazer coisas mal para mim. (...) Eu quero uma vida boa e não quero fazer confusões (...) Esta curiosidade me assustou um pouco” E2. “Eu não sei porque é que você me escolheu, (pausa)” (E4).

Os que decidiram colaborar connosco ficaram assustados com as chamadas de atenção dos imigrantes seus conhecidos. Estes, em geral, recusam-se a colaborar na bola de neve. Para nos explicarem isso, os nossos entrevistados avançaram argumentos:

“O comunismo acabou. (...) em princípio agente acreditava nisso: (...) Vamos fazer fábricas novas, pequeninas, tipo eu tenho uma fábrica minha. (...) Pessoas acreditavam. O dinheiro, trabalhar muito para ganhar depois. (...) Só que subsídios nunca vêm (risos) já não vêm com certeza (risos)” (E1).

Há uma experiência de vida de crença social na liberdade e de condenação do comunismo. Mas não há ingenuidade nem desconhecimento do que seja o neo-liberalismo, visto que eles o sofrem e continuam a sofrer na pele. Nomeadamente a respeito de promessas ilusórias, capazes de gerarem disposições frustrantes para quem nelas invista sem reservas.

Há uma preferência declarada e dolorosa da liberdade de circulação global relativamente à segurança vigiada vivida anteriormente no Leste. “Chegamos a outros países também assim: abrem-se janelas, janelas, janelas e depois polícia apanha e manda lá para fora (...) Na Alemanha muita gente voltou para casa (...) Por isso a gente tem medo de dizer alguma coisa...” (E1).

A falta de segurança na condição de imigrante,<sup>8</sup> resulta num agravamento (já conhecido e esperado) da condição de insegurança pessoal e social, compensada com o aumento da esperança de um futuro melhor para si e/ou para os seus. Funcionará, provavelmente, como o principal custo a pagar pela esperança de melhores oportunidades de vida, o principal risco a assumir. Quando se aceita viajar para locais desconhecidos, sem o apoio dos Estados e à revelia dos Estados, a sinceridade (entenda-se: a procura interrelacional da maximização da disponibilidade para organizar a vida pessoal e social

---

<sup>7</sup> Início da segunda entrevista: “acho melhor não falar” para evitar “mal para mim” E2. Podemos “ficar enganados com as palavras” E2.

<sup>8</sup>“(...) quando o meu pai veio havia (...) pessoas moldavas (...) faziam mal para as outras pessoas. Enganaram e pediram dinheiro para arranjar trabalho e não sei quê. Pronto, pessoas ficaram sem dinheiro. (...) tiravam o passaporte (...) Dava na televisão (...) “patrão muito bom, foi ele que deu o dinheiro a mais poder dar para (os moldavos) Depois é que o meu pai acabou de pagar para ele. (...) montes de rapazes ucranianos, também ficaram...(Sem dinheiro) (...) chegaram a ser mortas, não é? É o que dizem.” Mafia? “Nos outros países (também) há. É completamente normal” E4.



em função do bem-estar geral), cf. Giddens, (1995), terá que ser condicionada à forma de vida defensiva: defesa relativamente ao poder dos Estados – de origem e de destino – e de quem os representar, no campo jurídico-policial como no campo laboral, como veremos adiante.

A reacção à insegurança torna-se premissa classificatória que distingue os imigrantes bons dos imigrantes maus, como se distinguem também os outros pobres aos olhos das políticas de previdência de primeira geração, as que se limitam a práticas caritativas e filantrópicas, sem questionarem o direito à dignidade prática que assiste teoricamente a todo o ser humano. O Estado, os imigrantes e os próprios descendentes de imigrantes, ignoram, como um segredo, por motivos distintos, os processos de transformação pessoal e social envolvidos na imigração.

Dizem-nos os jovens entrevistados que as gerações anteriores preferem ter saudades do regime comunista. Nós interpretamos esta diferente sensibilidade geracional no sentido que Durkheim deu à consciência colectiva em períodos de profundas transformações sociais: coersiva, independente da vontade individual, mas anómica enquanto indivíduos e sociedade não se readaptam mutuamente. Cada geração, sua consciência social.

Na prática, a força anímica e o espírito de aventura dos mais velhos tende a diminuir por razões biológicas e afectivas. Ao mesmo tempo, os trabalhos de incorporação das ideias dominantes tiveram tempo para laborar e entranhar, digamos assim, tornando doloroso, efectiva, mental e praticamente, a adaptação aos novos tempo – referimo-nos àquilo que simplifadamente se costuma chamar resistência à mudança. Essa lei universal, embora com expressões distintas consoante as diversas situações sociais e as diferentes condições humanas, dá às gerações mais velhas raízes mais profundas e menor mobilidade, que correspondem a menor capacidade de romper o habitual e menos flexibilidade para aderir a novas formas ideológicas.<sup>9</sup>

Na mudança ideológica operada nas gerações mais novas do Leste europeu estão incluídas a consciência da necessária desconfiança relativamente ao Estado. Principalmente aos Estado de Leste, percebidos como perversões neo-liberais dos Estados da Europa Ocidental. E também ao carácter das pessoas.<sup>10</sup> A solidariedade colectiva própria da vida sob os regimes comunistas é sentida como referência de comparação, face à solidariedade de tipo mais individualista liberal que se vive no Ocidente. Aliás, num processo que os portugueses que viveram a ditadura podem sentir como seu: “Lá temos uma polícia. Agora polícia anda também em cima de ti”<sup>11</sup> tipo

---

<sup>9</sup> Isso verificou-se durante a revolução dos Cravos, durante a qual a tolerância social perante declarações anti-revolucionárias e favoráveis ao regime de Salazar-Caetano era manifestamente maior no caso dos maiores de idade do que nos jovens. No caso das segundas gerações de imigrantes, por outro lado, é reconhecida universalmente a sua não docilidade, em contraste com as práticas e reacções dos seus progenitores. A seus olhos e sentimentos, os efeitos da coerção social acolhida nas primeiras gerações tornam-se humilhantes e discriminatórios.

<sup>10</sup> Um dos entrevistados ucraniano manifestou-nos a sua aprovação, para utilização em Portugal, dos métodos repressivos usados no seu país, no tempo do comunismo, que punha na cadeia os que não quisessem trabalhar. Achava as nossas polícias muito pouco duras.

<sup>11</sup> A interpretação desta frase é complexa. Quando a entrevistada usa “agora” é para distinguir do que foi anteriormente. Antes, no comunismo ou nas fases primeiras do derrube do comunismo, a polícia não andaria “também” em cima de ti. Andaria em cima de outros, eventualmente menos poderosos ou com vidas menos conformes ao padrão de vida modelo. Entretanto, a vida também mudou: o trabalhador comunista que o era para ter um emprego melhor e para lhe ser mais fácil obter certos bens e serviços que apenas eram prestados ao membros dos partidos do poder deixou de ter essas vantagens. Depois do fim do comunismo, o grande objectivo – único ? – para construir uma vida profissional passou a ser montar um negócio e prosperar. Disso queriam participar também os funcionários do estado, cada um à sua maneira, e os polícias também, de acordo com as prerrogativas que o estado lhes confere.

*mafia*, “também quer qualquer coisa (...) Em Portugal também há, mas são poucos. (...) Na Ucrânia não tem controlo” (E1).<sup>12</sup>

É aqui que entra a discussão sobre as políticas de solidariedade multiculturais: direito à expressão cultural ou forma actualizada de controlo social? Para uns, são oportunidades de afirmação étnica de segundas culturas, para satisfazer, ao mesmo tempo, os anseios revivalistas e saudosistas dos imigrantes e respectiva descendência e enriquecedoras da sua identidade social e da cultura dominante; para outros, são a expressão cultural ritualizada da perenidade da segregação contra o estranho e o estrangeiro. Para uns, trata-se de reconhecimento e apoio à cultura popular; para outros, trata-se de uma manipulação política dessa mesma cultura popular, nomeadamente através da classificação desigual e arbitrária das populações.

Ao imigrante não deixa de ocorrer a pergunta: “Para que efeitos serve o trabalho do investigador? Para nos favorecer (como?) ou para nos denegrir (denunciando-nos policial ou classificando-nos socialmente)?” Que grande responsabilidade estamos nós, os investigadores, a assumir, ao separar os imigrantes dos outros trabalhadores, dos outros consumidores e dos outros moradores! Afinal, se o trabalho académico tiver consequências práticas, como se espera que possa vir a ter, os investigadores serão afectados por isso de maneira muito diversa dos imigrantes. Quiçá os investigadores serão chamados pelo Estado a assumir papéis de responsabilidade e os imigrantes representarão o papel de caça que descobriu alegremente os rastos em vez de se esconder do caçador. “Acho que as pessoas que conduzem as coisas pensam em nós, na sociedade, para vivermos bem. Têm essa responsabilidade. (...) quem tenha uma vida difícil pode pensar mal dessa justiça, quem vive bem (...) pode falar bem. (...) Pode ser que seja assim.” (E2).

O receio a que nos referimos é distribuído diferentemente pelos não-nacionais. Não se trata de uma característica uniformemente vivida por todos. Alguns começam por nos responder afirmativamente à solicitação e recuam mais tarde. Outros, ao invés, começam por mostrar receio mas acabam por encontrar um campo de diálogo que lhes é agradável. Os níveis de auto-confiança de cada um podem ser, ou não, suficientemente fortes para ultrapassar esse sentimento, dependendo da personalidade de cada um e também da experiência vivida, não apenas em termos de episódios de encontros de terceiro grau com as autoridades, mas também em termos de experiências vividas na terceira pessoa por familiares e amigos.

Não é obrigatório que dos contactos mais intensos com as autoridades resulte um aumento do nível de receio ou de quebra de auto-estima. Por exemplo, o facto de se ter superado uma prova desse tipo, pode acrescentar conhecimentos sobre os modos de operação das autoridades e a possibilidade de se pensar conhecer as regras com as quais elas funcionam, não apenas no papel mas também na prática. Em casos mais radicais de insucesso nesse tipo de contactos, isso quer dizer que os não nacionais terão falecido, sido expulsos ou presos. A esses, os acessos neste estudo estão metodologicamente prejudicados, a não ser no caso das três entrevistas especiais de que falaremos adiante.

Entre o espírito positivo indispensável aos desafios da imigração e o espírito negativo que reage aos azares da vida, cada imigrante, conforme a sua personalidade e condição, desenvolverá competências específicas para lidar com as situações esperadas e

---

<sup>12</sup> Ainda hoje em dia, 30 anos depois da revolução de 1974, as políticas policiais – relativamente a escutas telefónicas, a prisão preventiva, a segredo de justiça, mas também no que toca à recolha de informação de segurança, à investigação criminal, à organização operacional – são, em Portugal, marcadas pela desconfiança mútua entre instituições políticas, judiciais, militares e policiais, que uma vez ou outra, têm posto em causa a própria estabilidade dos equilíbrios institucionais.

prováveis e, eventualmente, com as situações inesperadas e improváveis, mas que tal como acontece nas partes do corpo que temos fragilizadas, sempre acontecem aos mesmos. Em particular, os contactos com as autoridades são frequentemente contraditórios entre si, porque o poder intervém junto dos não nacionais por vezes de forma negativa, outras vezes permitindo-lhes manter o sonho de transformação de vida, de acesso a uma forma de vida idealizada similar aos dos cidadãos nacionais, como fica manifesto através dos sucessivos períodos de legalização, intervalados por períodos de descontrolo dos processos migratórios e perseguição de imigrantes.

A tensão social em que vivem os imigrantes, fazem-nos depender, instantaneamente, de expectativas sintonizadas com oportunidades, de que apenas algumas se revelarão úteis e perenes. Há, portanto, razões estruturais, relevantes para a condição dos imigrantes, que tornam difícil uma aproximação neutra do sociólogo aos seus entrevistados. O tema da nossa investigação, porém, ao contrário de facilitar, só reforça esses obstáculos:

“Justiça? (...) Não faz bem às pessoas, tipo não faz nada. É por isso mesmo que ninguém liga. Só na altura: ‘Ah, tenho alguma coisa no Tribunal, então vou ao advogado’. Pronto, vamos ao advogado e achamos que ele ajuda. (...) Não estamos perto dessas coisas, não ligamos para essas coisas. **O tema em si, a palavra a si assusta as pessoas?** (...) É capaz (...) Não vou pensar nisso (...) até que não vier ao pé de mim ou não bater em mim.” (E1). **“Tem experiência de fronteiras, é isso que me está a dizer? Não tenho, não tenho. Ai não? Posso pensar assim: eu não sei. Pois pode. Mas a justiça na fronteira o que é? (pausa longa) Está a pensar em quê? É isso que eu quero saber. R – Eu sei (pausa longa)”** (E2).

Também os brasileiros, apesar do seu modo de estar peculiar perante a vida, não deixam de se comportar perante o interrogatório sociológico com cautelas próprias de imigrantes. E avançam outras razões: “(...) **há instituições de apoio ao imigrante, não é? É. Por exemplo, como eu estava agora a referir, há a Casa do Brasil que também dá apoio, são pessoas que procuram ou são pessoas que ficam com medo e preferem não fazer nada?** A maioria não procura. **Tem medo?** (pausa) **Tem medo de perder o emprego... O emprego. De ser repatriado. É.** A maioria não procura não” (B2). “(...) há pessoas que são informadas e existem casos que você mencionou que não se deve falar, reclamarem com medo de perder o trabalho. Existe muito isso. Não só aqui como em todo o mundo. E é isso, e é isso que as pessoas menos estruturadas, menos informadas, que não fazem... que não procuram a lei, não correm atrás com medo de perder o trabalho. (...) Mas como são pessoas que não são informadas e têm medo de prestar, no exterior, têm medo de fazer uma denúncia, de ser preso, de não conseguir o visto acerca dessa coisa, acaba se omitindo. (...) quando se pensa muito se tem medo (...) [o moço que] trabalha comigo, primeiro mês ele chorava tempo todo. E eu não. E sentia como tivesse apreendido a voar, sabe? Me senti livre! Liberta de muitas coisas. Inclusive assim, não houve medo” (B4).

Apesar da configuração social negativa que enquadra necessariamente o imigrante pobre, e os riscos inerentes, é possível a auto-manipulação do estado-de-espírito de cada um, não apenas para viver bem cada momento, mas também para estar mais disponível para as oportunidades que possam surgir. Estas são raras e especialmente valiosas quanto mais a situação é desfavorável.

O “bom astral”, todavia, não resolve problemas burocráticos, ou problemas políticos travestidos de problemas documentais: “Ordem precisa de uma certa justiça e impor isso. Se impõe muito com o medo também. As pessoas cumprem com as leis por medo de ser penalizadas com alguma coisa” (B5). Mas “o V. (...), que trabalha comigo, no primeiro visto dele, ele não teve tanta dificuldade como está tendo agora no segundo visto. Sendo que ele tem toda a documentação. Não... tem alguma coisa obscura nisso

que eu não consigo entender. Porquê que uns têm tanta facilidade e porquê que outros tem tantas dificuldades? Parece que ele, o SEF, as pessoas parece que falam assim, "Olha, eu vou dificultar para esse". Parece que escolhem, sabe? "Não, esse eu vou facilitar, esse vou dificultar". Eu não consigo entender isso. Parece que há uma falha nisso" (B4).

Não é o medo de que estamos a falar que faz a vida do imigrante impossível. Mas, com certeza, a marca para sempre. O sucesso de uma experiência migratória só pode ser avaliado quando, de facto, se deixar de sentir esse medo, quando passar a estar como parte da sociedade de acolhimento de corpo inteiro, quando o processo de integração estiver esgotado e se poder comparar definitivamente como se estava antes e como se passou a viver depois. Provavelmente isso só acontecerá em gerações segundas, por pessoas que não sofreram directamente as contradições aqui evocadas. As histórias das migrações são segredos sociais, são tabus, que nos levam a transformarmo-nos em sedentários, arreigados a uma terra de que nos apropriamos, hostis aos novos recém-chegados.<sup>13</sup>

"Cada um pensa diferente do outro. Eu por exemplo, não penso, nem consigo me ver voltando a morar no Brasil. Porque... faz muita falta? Faz muita falta. E às vezes eu fico muito em baixo... é a falta da minha família" (B4). Provavelmente não só cada um pensa de modo diferente, como o próprio, conforme as ocasiões, assim consegue fazer prevalecer em si mesmo um sentimento construído para ser eficazmente pragmático, ou emergem – de forma inegável – os ancestrais sentimentos reprimidos. Estas erupções emocionais são, provavelmente, uma das razões fortes para o silêncio dos imigrantes perante as perguntas do sociólogo, eles próprios confusos sobre a sua própria identidade.

"Nunca me senti inferior a ninguém. (...) digo assim, "Eu não consegui, não consegui ser aquilo mas não vou ficar em baixo, também tenho de arranjar outras formas de sobreviver porque há muita gente também que estava na minha situação e eu não vou deixar-me ir abaixo" (...) Sim, mas eu sou sempre corajosa, senhora. Eu não vou desistir por causa dos outros. Eu quero uma coisa tenho de lutar" (A05). Por isso, do pior que há é a deportação. "Eu acho que é injusto esse negócio de você deportar uma pessoa e mandar embora. É justo que se faça um controlo e tudo o mais, mas em determinados aspectos é tudo injusto. Porque eu trabalho, trabalho a contrato, também trabalho a recibos verdes e a lei diz que quem não tem visto de permanência não trabalha a recibos verdes. Mas eu vou lá e me dão recibos verdes, quando eu emito eles recebem também. Aí acontece o cinismo, aí a lei passa..." (B3) Mas, ao mesmo tempo, "tem muita gente reivindicando muita coisa sem olhar para trás no que ela fez. Porque ela não tem direito em nada e sente que tem direito em tudo (...). Tem muito brasileiro trapaceiro aqui, que chama as pessoas do Brasil, "Ah, vem para cá", bota num trabalho escravo, chega no final do mês não recebe. **Também há uma máfia brasileira?** Tem máfia brasileira, máfia romena, máfia portuguesa está assim (gesto com as mãos indicando muita quantidade)" (B5). Tanto assim é que as pessoas se espantam quando alguém se comporta com rectidão. "Está fazendo o que é justo. O que deveria fazer. Muitas vezes até ganha para estar fazendo aquilo mas faz diferente. Então, torna-se um herói. A *midia* coloca-o como um herói" (B1).

---

<sup>13</sup> Só por causa deste estudo me dei conta de ser, eu próprio, o sociólogo de serviço, da quarta geração de imigrantes africanistas – como então se chamavam. Antes julgava ser alfacinha, com uma costela africana.

Há problemas complexos, aparentemente específicos dos imigrantes, que são muito gerais e interpelam o fundo das nossas sociedades: “Porque cada um onde se sente bem devia de ser a nossa terra. Em qualquer parte do mundo devia de ser assim (risos)” (A05). Mas não é assim! As desigualdades entre membros de diferentes nacionalidades são realidades persistentes e incontornáveis, que atingem em particular os com menos recursos.

As afirmações de auto-confiança, e de confiança em geral, têm valor em si mesmas, pelo que significam de projecto pessoal e social voluntariamente incorporado. Tais projectos confrontam-se, ao mesmo tempo, com constrangimentos envolventes que são objecto desse mesmo discurso positivo. E são objecto obsessivo de outro tipo de discursos, mais críticos e defensivos, alegando a impotência prática de contornar as conspirações sociais que fabricam obstáculos, na esperança de que tais alegações sirvam para obrigar a reflectir quem tenha mais poder e possa querer ser solidário na criação de condições de vida mais favoráveis.<sup>14</sup>

Os discursos negativos são o reverso confirmador dos discursos positivos. Ambos apelam à solidariedade (uns por simpatia, outros por indulgência) dos mais poderosos, a que o estudo sociológico possa eventualmente chegar. O ambiente social de instabilidade emocional e, portanto, identitária, agravado pela colocação forçada na base da pirâmide social que os imigrantes experimentam, torna-os naturalmente desconfiados e defensivos. Ao mesmo tempo não lhes falta a consciência de que a saída dessa condição se faz, também, com recurso ao espírito positivo. Pelo que as afirmações de confiança (e auto-cofiança) adquirem um valor estratégico tanto a nível social e político, como a nível pessoal e íntimo.

O modo como cada um consegue organizar e compatibilizar os níveis de confiança e os níveis de insegurança de que é portador e difusor é um dos objectos de estudo deste trabalho, cuja ambição não é, todavia, conclusiva mas tão só tematizante. Parece-nos mais correcto enfrentar como problema empírico este dilema, admitindo inclusivamente a não complementaridade entre sentimentos de confiança e desconfiança, segurança e insegurança, como se pode deduzir da análise das entrevistas aqui citadas – capazes de mencionar ambas as vertentes dos dilemas referidos, sem que fique óbvio que mais segurança e confiança implique menos insegurança e menos desconfiança. É isso que se pode ler nas declarações da inevitável *vantagem de utilização dos recursos institucionais judiciais* e, ao mesmo tempo, na manifestação da *incerteza* – para dizer o menos – sobre a *qualidade dos resultados* que se podem esperar desse tipo de recurso instituído.

A vida das pessoas é tanto menos controladamente emocional quanto maior a precariedade social. Este pode muito bem ser um corolário da tese de Norbert Elias sobre o processo civilizacional, que nos afirma a tendência de imitação das classes dominantes pelas classes dominadas.

Comparando os tempos dos cavaleiros senhores e guerreiros, com as vidas urbanas actualmente dominantes, os riscos são bastante diferentes, simbólica e praticamente. Não havia noticiários para avisar da chegada de bandos armados, fossem eles legítimos apoderados das terras ou não. Nem haveria socorro ou seguro para os estragos provocados pelas intempéries ou pelas pestes. Mas também não havia desemprego nem exploração científica do trabalho, stress ou cancro. Para se fazerem guerras – forma mais comum de redistribuição de riqueza – organizavam-se recrutamentos de “carne

---

<sup>14</sup> “Por acaso, no meu caso não confio em ninguém. Não confio em ninguém. (...) Confiava...” (A1).

para canhão”. Hoje em dia aspira-se à guerra sem baixas (do lado ocidental), depois do século XX ter sido o mais sanguinário de que há memória, cf. Hobsbawn 1994.

Como hoje em dia, certamente os nossos antepassados tinham maneiras de se abstrair dos riscos a que estavam sujeitos. E uma dessas maneiras, identificada por Elias para o caso dos cavaleiros, era a de desenvolver reflexos de agressividade rápidos, de modo a ser capaz de resistir à belicosidade dos tempos. Quando os riscos põe directamente em causa a sobrevivência individual, a capacidade de activar com galhardia a reacção instintiva de medo pode ser transformada em honra social, a que todos os cavaleiros-guerreiros estavam vinculados, nomeadamente pelos mecanismos de poder que os caracterizaram social, familiar e pessoalmente.

Como antes, os imigrantes – entre o período em que decidem migrar e o período de aceitação, não necessariamente resignada, da sua situação no país de acolhimento – desenvolvem, sensibilidades emocionais mais automáticas, menos controláveis por sentimentos, que, por sua vez, estão menos educados, dada a especificidade social (e secreta) da condição imigrante, e dada a descontinuidade social e institucional que experimentam. Ao contrário dos tempos da implantação da nacionalidade, quem chega já não são reforços para lutar contra os infiéis, mas gente cujos novos costumes devem ser domesticados.

Os problemas emocionais que fazem parte da vida, adquirem uma força especial no caso dos imigrantes. Uma força na sua vivência e também na sua contenção, no seu segredo, que nem aos próprios deve ser revelado. E por isso, o apoio emocional que possam recrutar é importante: **“O seu irmão já estava cá há mais tempo? Sim. Se não fosse isso eu sentia-me muito mal. (...) às vezes ficamos só, ficamos a chorar com aquelas saudades... e eu tinha deixado a minha filha e fiquei... às vezes senti... mas nunca nos deixaram”** (A5).

Sempre evitam, compreensivelmente, falar dos tempos de clandestinidade que viveram a caminho e em Portugal. Ora, qualquer descrição dos passos da vida como imigrante, quanto mais não seja implicitamente, revelará tais situações, tanto mais quanto mais recente tiver sido a experiência migrante. Eis uma boa razão para manter fechada a defesa relativamente ao sociólogo.

**“Acho que a gente podia parar hoje. Acha que foi difícil? Um pouco, sim (risos). Estou emocionada (...) pensamos em muitas coisas (...), está tudo dentro de nós e não falamos com ninguém (...) Claro, claro, pois, eu sei. Não vou falar estas coisas. (...) Pode ser complicado (...) e não ajudar (...)”** E2.

Mais do que uma estratégia de encobrimento face ao Estado, do esquecimento (a transformação em segredo pessoal e social) da saga imigratória esperam-se efeitos cicatrizadores dos sofrimentos passados, ainda presentes nas mentes e nos corpos. O recalçamento de sentimentos negativos (das memórias do país de origem, do processo de migratório e das imagens dos sub-mundos do país de acolhimento) potencia as hipóteses de sobrevivência e adaptação à nova condição de imigrante. Tanto mais bem sucedida quanto a determinação e a persistência dos próprios imigrantes se libertarem dos respectivos destinos, à mercê de contextos sociais, políticos, judiciais que não dominam.